

# Constituinte: passado ou futuro?

*De Souza*

José Carlos Graça Wagner

Nem sempre há uma consciência clara de que o passado é o alicerce do presente e que o presente define o que será o futuro, porque é a causa do efeito que virá. Em outras palavras, não é sempre que temos presente que os atos e os fatos têm conseqüências. Serão positivas ou negativas em função dos valores que os determinarem. Acresce que o negativo exige um preço para ser superado e para abrir espaço para a reconstrução.

Deve-se perguntar, por isso, se a Constituinte está voltada para a construção do futuro ou está sendo apenas o desaguadouro do passado. E se o está sendo em razão das qualidades ou dos defeitos da cultura nacional e dos atavismos acumulados em sua história.

O fato é que somos ainda o País dos donatários, em grande parte do nosso território, onde a economia moderna e aberta ainda aguarda a sua oportunidade de demonstrar que pode enriquecer o povo sem empobrecer os que foram os pioneiros dos empreendimentos econômicos livres de cartórios. Aliás, lamentavelmente muito poucos, os pioneiros da liberdade econômica, em face das dimensões da economia nacional, a oitava do mundo. A maior parte, inclusive do setor privado, é constituída de empreendimentos dependentes de favores, concessões ou encomendas dirigidas, que retiram de boa parte das empresas privadas toda a capacidade de efetiva eficiência e racionalidade, indispensáveis para a geração de riquezas capazes de abrir as portas da produção e do trabalho à enorme multidão de pessoas habilitadas a iniciar pequenos negócios, gerando empregos sem aplicação maciça de capitais, de que o País é tradicionalmente carente.

A ênfase ao social, que leva a se imaginar que o empreendimento econômico é por definição criminoso, não se traduz apenas na proteção ao trabalho assalariado, estabelecendo uma legislação que pune, por todos os meios, aqueles que sentem o impulso de produzir por sua própria iniciativa e risco. O enorme potencial nacional, capaz de anular os efeitos dos desgovernos que caracterizam a vida nacional, se encontra no poder de criar que caracteriza o brasileiro, mesmo inculto ou analfabeto. A concentração do poder burocrático decorrente da concepção positivista de Estado, iniciada no Rio Grande do Sul e disseminada por todo o território nacional, por servir de base filosófica para a oligarquia dos donatários cartorialistas, que controlam os partidos e os governos estaduais, é a base de preconceito que impede a verdadeira revolução que está por ser feita neste país: a do trabalho livre da espoliação que o Estado comete, através de desperdícios babilônicos, apenas para auto-satisfação dos poderosos da máquina burocrática.

Mas, para que esse potencial da população desperte, é preciso libertar o povo brasileiro da legislação paternalista, falsamente social, que é a base da dominação política exercida pela oligarquia que controla, independentemente das siglas partidárias e até mesmo dos chamados "sistemas", a máquina do Estado brasileiro.

A fisiologia, por sua vez, é um fenômeno pro-

duzido pelo chamado "realismo" da classe política. É o reconhecimento de que a oligarquia está profundamente enraizada no corpo do Estado, e que é melhor aceitá-la como uma realidade inalterável, retirando dela os dividendos que ela está disposta a pagar para a sua manutenção, ainda que se apresente, em cada momento da vida nacional, com uma cara diferente, segundo as necessidades do próprio poder.

Mas essa atitude não é apenas dos políticos, preocupados em azeitar as suas máquinas eleitorais. É também a atuação de uma infinidade de empresários, que buscam eliminar o risco, inerente ao regime de mercado e de livre concorrência, através de uma espécie de associação com órgãos do Estado, com a utilização predominante de recursos do Estado, com a fachada de iniciativa privada, causa de imensos prejuízos que ostentam os bancos estatais e outros organismos de "coordenação" de atividades econômicas que arrecadam todo o tipo de taxas e contribuições que espoliam o fruto do trabalho dos brasileiros, sejam empresários, sejam trabalhadores.

Acresce que as atividades da Constituinte revelam que o Brasil ainda corre perigo de permanecer — isto quando todas as nações buscam caminho para dele sair — no erro do século que foi e é — a história o registrará pateticamente — o endeusamento do Estado. A idéia de base é que basta que algo seja estatal ou que alguém seja agente do Estado, para que esteja acima de qualquer suspeita.

A idéia é a de que basta pertencer ao Estado para que se possa atribuir a todos os atos dos governantes e auxiliares a natureza de "social", elivados de preocupação pelos desfavorecidos e carentes e providos de ética indiscutível ou pelo menos protegidos contra qualquer curiosidade daqueles que insistem em entender que o Estado deve ser controlado pela sociedade. Basta ser estatal para que se aceite a natureza quase-divina de qualquer decisão, apesar de todas as provas em contrário. A razão atávica é que o preconceito contra o lucro, contra o êxito, contra a qualidade e contra o conhecimento tem uma forte presença na psicologia nacional, que pode também ter o nome comum de inveja inconsciente. Queremos ser o "maior do mundo", tanto individual como coletivamente, e não gostamos de nada que esteja acima, embora tenhamos enorme condescendência com o que está abaixo.

Os trabalhos da Constituinte estão revelando a predominância de todos esses preconceitos, que são manipulados pela paupérrima esquerda para atingir objetivos de ordem estratégica, pela inviabilização da modernização do Brasil. Não é a ideologia que está prejudicando a "abertura dos portos" brasileiros ao futuro de que o Japão é um pioneiro, ou, ainda, a abertura da economia brasileira aos próprios brasileiros. A ideologia apenas se aproveita da ignorância inerente aos preconceitos, de um lado, e de outro, do recelo da oligarquia de perder as suas vantagens ou de ter de trabalhar de verdade para manter o status de que hoje goza.